

O medievo revisitado na era do radicalismo e a presença de Hugo de São Vítor (1096-1141) e o seu *Didascalicon* na retórica tradicionalista contemporânea

The Medieval times revisited in the age of radicalism and the presence of Hugh of Saint Victor (1096-1141) and his *Didascalicon* in contemporary traditionalist rhetoric

El medievo revisitado en la era del radicalismo y la presencia de Hugo de San Víctor (1096-1141) y su *Didascalicon* en la retórica tradicionalista contemporánea

Carlile Lanzieri Júnior (UFMT –Vivarium)

lanzierijunior@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7190-6809>

Resumo: A proposta deste artigo é fazer uma nova imersão pelos usos do passado medieval na contemporaneidade a partir do tradicionalismo. Com ele, pretendemos desenvolver nossa argumentação tendo Hugo de São Vítor (1096-1141) e o seu *Didascalicon* como referências. Ambos se tornaram peças-chave nos discursos daqueles que pretendem fomentar uma retórica que opera orientada por aquilo que recentemente Loui Dean Valencia-García definiu como “história alternativa” (*alt history*), presente majoritariamente em discursos e movimentos de extrema direita que se espalham pelo mundo através das redes sociais.

Palavras-chave: Hugo de São Vítor; Medievalismo; Tradicionalismo; Usos do Passado

Abstract: This article aims to make a new approach on the uses of the medieval past in our present based on the traditionalism. From these parameters, we intend to develop our argument having Hugue of Saint Victor (1096-1141) and his *Didascalicon* as references. Both became key parts in the speeches of those who intend to promote a rethoric that works oriented by what recently Loui Dean Valencia-García defined as an “alt history”, mostly found in far-right speeches and movements that spread around the world through social media.

Keywords: Hugue of Saint Victor; Medievalism; Tradicionalism; Uses of the Past

“Se a ciência subsume o lado político da cultura histórica, as questões do poder travestem-se com o manto dos problemas da verdade, e o resultado é um dogmatismo das interpretações históricas com funções de orientação impositivas. Questões de poder inoculam os problemas da verdade e a verdade transforma-se em ideologia” (RÜSEN, 2010: 125).

I. Introdução

Em vinte e dois de julho de 2011, em Oslo, capital da Noruega, o supremacista branco Anders Behring Breivik promoveu um duplo atentado que resultou na morte de setenta e sete pessoas, sendo que sessenta e nove destas eram jovens estudantes que estavam reunidos em um acampamento escolar recreativo na ilha de Utøya. Algumas horas antes, Breivik havia divulgado na *Internet* um extenso manifesto a misturar a história dos cavaleiros templários, a defesa da civilização judaico-cristã ocidental e a sua visão de mundo extremista (cf. ELLIOTT, 2017, capítulo 6). Um ano depois dos atentados, Breivik foi condenado a uma pena de vinte e um anos de reclusão – período indefinidamente prorrogável, de acordo com as leis norueguesas (cf. SEIERSTAD, 2016).

Já em quinze de março de 2019, na cidade de Christchurch, uma das maiores e mais populosas da Nova Zelândia, um novo episódio de violência chocou o mundo. Cuidadosamente planejada e registrada com câmeras portáteis de alta definição, a ação foi conduzida por Brenton Tarrant, um australiano de nascimento e autodeclarado extremista anti-islâmico. O ato que teve como alvos principais mesquitas muçulmanas deixou para trás um rastro de cinquenta e um mortos e dezenas de feridos. Nas armas e munições de grosso calibre utilizadas por Tarrant, estavam pintadas em cor branca diversas manifestações racistas e referências ao nazismo e a batalhas vencidas por cristãos que supostamente salvaram a cultura ocidental de forças que a ameaçavam desde a Alta Idade Média. Entre elas, a mítica batalha de Poitiers (ou Tours), ocorrida no ano de 732, episódio no qual Carlos Martel (†741) e o seu séquito de cavaleiros teriam brava e heroicamente contido o avanço islâmico pelo restante da Europa. Na verdade, trata-se de uma batalha da qual muito pouco se sabe em função da ausência de fontes primárias minimamente confiáveis, mas que, vez ou outra, volta a servir de alimento para ideologias identitárias que hoje retomam o seu crescimento e expansão de modo assustador (cf.

BLANC & NAUDIN, 2015; LEWIS, 2010, especialmente o capítulo 7). Cerca de um ano depois, o assassino de Christchurch foi condenado à prisão perpétua, a pena máxima praticada pela justiça neozelandesa.

Apenas dois dias antes deste segundo evento, no Brasil, bem no meio da manhã do dia treze de março de 2019, dois jovens, Guilherme Tauci Monteiro e Luiz Henrique de Castro, entraram em uma escola de Educação Básica na cidade de Suzano, na região metropolitana da grande São Paulo. Em poucos minutos, Monteiro e Castro atacaram e mataram funcionários, professores e estudantes durante o intervalo das primeiras aulas do matutino a utilizar pistolas e o que a imprensa descreveu como “armas medievais”.¹ Antes dos primeiros policiais conseguirem chegar ao local, os assassinos se mataram com as próprias pistolas que então carregavam. Entre os três eventos distantes no espaço e no tempo, um ponto em comum: referências à Idade Média, na verdade, uma ressignificação deste período histórico para atender demandas do presente. Nos três casos, demandas de natureza violenta.

Não podemos prosseguir sem antes trazer a debate o dia doze de agosto de 2017, em Charlottesville, nos Estados Unidos. Em momentos diferentes daquele dia, pessoas saíram às ruas daquela pequena e então pouco conhecida cidade vestidas com armas, capacetes e escudos “medievais” em protesto contra a retirada da estátua do General Lee (1807-1870) de uma praça pública. Para Paulo Henrique de Carvalho Pachá (2020a e 2020b), um dos pioneiros nesse tipo de estudo no Brasil, o ocorrido naquela localidade norte-americana com todos os seus personagens e a sua estética peculiar pode ser compreendido como o evento definidor dos novos usos de um passado tido como medieval na atualidade. Um evento que expôs a todos ao vivo e a cores que pessoas que assim pensam não mais podem ser tratadas como meros lobos solitários, desajustados a agir de forma independente e guiados apenas pela própria vontade. A percepção de Pachá é muito semelhante à de Amy S. Kaufman e Paul B. Sturtevant, autores do livro *The devil's historians: how modern extremists abuse the medieval past* (Os historiadores do diabo: como os extremistas modernos abusam do passado medieval) (2020), em *live* realizada em 23 de setembro pelo *Linhas: Grupo de Estudos sobre Narrativas e Medievalismos* do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e que é parte do argumento central da pesquisa que desenvolvi entre 2018 e 2020 no âmbito do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e que resultou na publicação

de um dos meus últimos livros, *Cavaleiros de cola, papel e plástico: sobre os usos do passado medieval na contemporaneidade* (2021) cuja primeira edição se encontra esgotada.

A recente invasão do Capitólio, em Washington, a capital dos Estados Unidos, mais precisamente em seis de janeiro de 2021, dias antes do fim do governo de Donald Trump, mostrou uma vez mais para o mundo em tempo real e por diversos ângulos que a alcateia está cada vez maior, organizada e raivosa, infelizmente (cf. ALBUQUERQUE & SILVA, 2021). De maneira surpreendentemente rápida e organizada, os defensores do candidato derrotado nas eleições presidenciais norte-americanas realizadas em novembro de 2020 tomaram os corredores e salões principais do edifício que funciona como centro do poder legislativo do Estado americano a usar fantasias e adereços cuja aparência remetia à antiguidade, ao medievo e a um suposto passado americano mítico e branco do qual se mostravam como ardorosos defensores (SWARBRICK, 2022: 21-42). Assim como o ocorrido em Charlottesville cerca de três anos antes, o evento violento em Washington ganhou lugar de destaque nos debates de historiadores e dos medievalistas em especial (PANAYOTA, 2021: 66-99; SILVA, 2021).

Quase dois anos depois, mais precisamente no dia sete de setembro de 2021, data na qual se comemora o feriado da Independência do Brasil, diversos manifestantes se vestiram de maneira semelhante aos norte-americanos, com direito a cocar e outros adereços improvisados. Munidos com espadas e escudos de plástico e armaduras de tecido com as cores verde e amarela da bandeira nacional, eles foram às ruas em diferentes cidades do país para dar apoio à luta contra uma suposta ameaça comunista e ao ex-presidente Jair Bolsonaro cujo governo então enfrentava uma série de desgastes provocados por uma crescente crise econômica e sanitária e denúncias de corrupção em vários de seus ministérios e no seu entorno familiar (GUERRA, 2021 e 2022). Alguns mais exaltados pediam pelo fechamento do Superior Tribunal Federal (STF) e por uma imediata intervenção militar, ações que ferem a norma constitucional brasileira.²

Já falamos e escrevemos a respeito dos usos do passado medieval por parte dos seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro em oportunidades anteriores (2019 e 2021). Em todas elas, a ênfase em uma estética bélica atribuída ao medievo foi devidamente destacada e analisada em seus pormenores. Em diversas ocasiões ao longo do ano de 2022, as “motociatas” em apoio ao antigo chefe do executivo nacional com vistas à sua reeleição no pleito realizado em dois turnos nos dias dois e trinta de outubro do mesmo

ano, uma vez mais valeram-se de elementos dessa estética ao reforçar a imagem do ex-presidente como um homem forte e destemido, um guerreiro que segue afrente dos seus a lidera-los e protege-los de armas em punho. Evidentemente, trata-se de uma percepção construída artificialmente, mas que parece ter se projetado para muito além de sua bolha de seguidores a alcançar até mesmo os seus críticos mais engajados em um de seus principais veículos de informação. Isso é o que pode ser visto na capa da edição número 1222 da revista *Carta Capital* lançada em dezenove de agosto de 2022, ou seja, bem no começo do período eleitoral brasileiro. Nela, reproduzida logo abaixo, o medievo é evocado pela bandeira branca com o símbolo atribuído aos templários no centro e as expressões “a cruzada” e “guerra santa” como um recurso retórico que nas entrelinhas reafirma a percepção a respeito da Idade Média como uma época religiosa, masculina e sobretudo bélica.



Edição número 1222 da revista *Carta Capital* lançada em 19 de agosto de 2022 (Imagem disponível em <https://www.cartacapital.com.br/edicao/1222-2/>. Acesso 20 out 2022)

Este e os demais episódios brevemente acima descritos são apenas algumas das manifestações mais explícitas daqueles que se valem de simplificações do passado supostamente medieval para dar sustentação às suas ideologias e negacionismos radicais que grassam livres, leves e soltos na atualidade, alguns bem perto de nós. Dentre estes, como evidenciado em parágrafos precedentes, há aqueles que já se sentem encorajados para vir em praça pública e desfilar fantasiados com as cores vívidas de suas certezas delirantes. Não podemos negar que essas manifestações e seus entusiastas estão a se multiplicar mundo afora, como nos casos da *English Defense League* (EDL), na Inglaterra, do *Identity Evropa*, nos Estados Unidos e do *Escudo Identitário*, em Portugal, entre tantos outros exemplos que poderíamos aqui citar a corroborar a nossa argumentação central. Trata-se de grupos bem organizados e com muitos adeptos que cada vez mais atuam com sucesso no espaço público e nas redes sociais a disseminar seus ideais de vida e compreensão do mundo.

Também não podemos negar que existem diversas outras apropriações da Idade Média bem mais sutis e eficazes e que se mostram muito presentes em nosso dia a dia, seja ele real ou virtual, a continuamente promover as “guerras culturais” que têm como um de seus objetivos primordiais o pleno domínio sobre as narrativas acerca do passado, tornando a memória mais relevante que a verdade (PEREIRA, 2022: 53), e a produção de “medo [...] e ódio entre os que não estão acostumados a exercer o magistério do pensamento” (RANCIÈRE, 2014: 122). Sem sombra de dúvida, essas guerras têm sido feitas com a farta distribuição de “materiais historiográficos de natureza midiática” que podem ser acessados e compartilhados pelo grande público que passa a crer nestes em função do feroz engajamento que promovem, não pela qualidade das afirmações expostas (BONSANTO, 2021). É a respeito de uma dessas apropriações mais sutis e eficazes, a utilizar um relevante mestre do século XII, Hugo de São Vítor, que pretendemos escrever ao longo das próximas páginas, sempre com a certeza de que, na “era do radicalismo” na qual vivemos e que foi tão bem descrita há alguns anos por Cass R. Sunstein (2009), a Idade Média apresentada nesse tipo de narrativa, com os seus personagens e os seus acontecimentos, vem à tona como um tempo mítico, não como um tempo histórico (FALCONIERI, 2019: 124).

II. Uma longa história e os seus novos desdobramentos

Os nacionalismos que atravessaram de ponta a ponta a Europa no decorrer dos séculos XIX e XX espalharam-se para várias outras partes do mundo a criar uma profusão de heróis de caráter inatacável e donos de histórias pessoais de superação e dedicação que deveriam servir de inspiração para todas as pessoas, com destaque para os mais jovens. Nesse contexto, o medievo serviu como uma fonte prolífica de referências históricas exemplares com os seus inúmeros personagens, datas e eventos descritos como fundadores (EVANS & MARCHAL, 2011). Na esteira deste intrincado processo, o catolicismo, que à época buscava se mostrar revigorado sob as bênçãos do poder papal, encontrou na figura de Tomás de Aquino (1225-1274) um exemplo singular de perfeição religiosa e intelectual a ser seguido e reverenciado. Como uma espécie de entidade mítica cujos ensinamentos deveriam se converter em esteios para a educação presente nas escolas e universidades, Tomás também ressurgia na retórica de seus admiradores de então como a materialização de uma vistosa advertência pedagógica: apartar-se de assuntos de teor estritamente político e econômico era fundamental, mais do que isso, uma necessidade (BOSCH, 2021: 25-28).

Concomitantemente, depois de mais de um século e meio de revoluções burguesas liberais dos dois lados do Atlântico, a Igreja, sob a mencionada liderança do papado, desejava se expor diante da sociedade das décadas finais do século XIX e primeiras do XX como uma alternativa institucional sólida e viável de ordem, razão e serenidade espiritual e religiosa. Para tanto, historiadores a seu serviço encontraram na reforma gregoriana (séculos XI-XII) as referências para tornar tal narrativa plausível, pois a revigorada e austera “era gregoriana” fora igualmente precedida por incertezas e instabilidades de todo tipo (cf. RUST, 2011, especialmente os capítulos 1 e 2). Há uma miríade de outros exemplos que poderíamos aqui citar para adensar os fundamentos da proposta que trazemos a proscênio, mas acreditamos que estes já são suficientes para didaticamente demonstrar que os usos do passado medieval não são uma criação de nossa época, ou um minúsculo ponto fora da curva, para utilizar uma expressão própria ao jargão corporativo da atualidade, permitido pela atual geração afeita a informações breves e distribuídas de maneira acelerada sob a inspeção e direcionamento dos algoritmos. De forma complementar, esses dois exemplos vindos do final do século XIX e início do XX indicam o quanto é importante observar os contextos nos quais tais discursos ganham

força e quais as intenções (as ditas e as não ditas) que estão postas por trás de cada um destes (REBOUL, 1998: 20).

Em termos comparativos, a diferença mais significativa para essas situações oriundas de um passado um pouco mais distante é que hoje a *Internet* e as redes sociais com a extensa capilaridade algorítmica que detêm multiplicaram exponencialmente o poder de ação e penetração dessas histórias cujas análises se aglutinam em torno do termo “medievalismo”, que, em linhas gerais, nada mais é do que a recepção, a interpretação e a recriação da Idade Média em contextos pós-medievais (D’ARCENS, 2016: 1). Isso foi muito bem apresentado e desenvolvido nas novas frentes de pesquisa abertas por Andrew B. R. Elliott nas páginas de seu *Medievalism, politics and mass media: appropriating the Middle Ages in the twenty-first century* (Medievalismo, política e mídia de massa: apropriações da Idade Média no século XXI) (2017). Nas argumentações dispostas logo na introdução, Elliott chamou a atenção para a existência de algo diferente que ele definiu como “medievalismo banal” (*banal medievalism*), conceito cujo foco principal são as apropriações e representações deliberadamente inapropriadas da Idade Média. Ainda na acepção de Elliott, as manifestações desse medievalismo banal devem ser analisadas não a partir apenas das distorções forçadas ou equívocos interpretativos que foram (e/ou ainda são) capazes de produzir, mas tendo como referências primordiais tudo aquilo que trazem acoplados em si e sua recepção por parte dos variados públicos que as consomem.

Se o medievalismo banal proposto por Andrew B. R. Elliott é uma de nossas principais bases conceituais para pensar os usos do passado medieval na contemporaneidade, a *alt history* (história alternativa) e o advento de um novo fim da História recentemente apontados por Loui Dean Valencia-García (2020: 3-26) na apresentação da obra coletiva *Far-right revisionism and the end of the History* (Revisionismo de extrema direita e o fim da História) também estão dispostos bem no centro de nossa mesa de trabalho. Segundo Valencia-García, a antiga e não menos polêmica tese de Francis Fukuyama (1992) a respeito de um “fim da história” foi revisitada ao longo da última década. Porém, sob outros referenciais, esta ganhou ares assumidamente fatalistas, como se a suposta “era de degenerescência” na qual vivemos estivesse prestes a acabar dando lugar a outra baseada em valores tradicionais, dentre eles, a família, a pátria e a religião, questões igualmente caras ao neointegralismo que atualmente busca reestabelecer seu protagonismo na política brasileira (cf. CALDEIRA NETO & GONÇALVES, 2020, especialmente o capítulo 4).

E tudo isso ganha a devida projeção no interior de uma sociedade cada vez mais acelerada, cansada e, como tal, cada vez mais arredia a análises cuidadosas dos fatos que podem ser transformados em “alternativos” ao gosto do cliente que se mostra a cada dia mais seletivo. Para Ralph Keyes (2018), um estudioso da pós-verdade com base nos referenciais dados pela Antropologia e pela Sociologia, a progressiva fragmentação do tecido social e a consequente formação de um mundo de anônimos apresentam-se como um convite à mentira, pois, quando todos são estranhos uns para os outros e não sentem o peso de dizer a verdade pairando sobre as próprias cabeças, mentir se transforma em uma ação bem mais atraente, irresistível até. Ainda em relação ao fenômeno da pós-verdade, Eric Andriolo (2021, especialmente o capítulo 4), em um dos estudos mais consistentes sobre este tema desenvolvidos no Brasil, asseverou que uma das estratégias primeiras deste fenômeno do nosso tempo passa pela total deslegitimação das ordens da razoabilidade. Na sequência, a pós-verdade se impõe de forma autoritária contra os que ousam querer saber mais e que não se submetem à lógica de uma “crítica sem critério” e a construir um mundo bárbaro onde não há trocas ou construções coletivas (D’ALLONNES, 2020: 109-110).

Se somarmos tudo isso ao que Yves de La Taille chamou de “cultura da vaidade” (2009, p. 159-163) e à “narcisocracia” de Eugênio Bucci (2015: 13-17), ambas reproduzidas na realização de espetáculos permanentes de si mesmo, temos a tempestade perfeita cujas águas turvas invadem e inundam as nossas vidas com todo tipo de fatos alternativos, revisionismos terapêuticos e verdades agradáveis entregues sob medida aos ávidos consumidores que as acessam com um ou dois cliques na tela de um pequeno *smartphone* que carregam o dia todo no bolso ou na bolsa (EMPOLI, 2019: 50-52). Por mais assustador que isso possa parecer, e de fato é, a sensação que fica é a de que estamos atolados em um imenso caos epistemológico no qual a “sabedoria das multidões” se desenvolve muito mais propensa às emoções que à razão e segue a tomar o lugar dos saberes legítimos e da análise criteriosa dos fatos (KEEN, 2009; KAKUTANI, 2018: 10-12 e 51).

Sem ter as rédeas do famigerado mercado e do Estado seguras em suas mãos, muitas pessoas passam a se recolher e se fechar em circuitos identitários próprios que julgam ser seguros e capazes de lhes devolver um sentimento de pertencimento e de estabilidade outrora perdido. Entre as várias possibilidades existentes, estes circuitos podem ser representados por grupos religiosos e/ou políticos nos quais os seus adeptos

encontram outros que compartilham ideias semelhantes. Além disso, a perda dessa identidade ou a simples possibilidade de perda desta gera e nutre um desejo por manter e lutar pela estabilidade sobre a qual julgam ter direitos inalienáveis, pois o medo produzido pela incerteza é a mais poderosa das emoções, portanto, também uma arma política formidável que não mais deve ser subestimada (CASTELLS, 2018: 19, 29 e 37; EMPOLI, 2019: 53-54). Com efeito, buscar refúgio no passado, ainda que este seja absolutamente idealizado, é uma resposta reconfortante a esse medo. Por fim, esse apego é também uma das possíveis explicações para o surgimento de um eurocentrismo revisitado que cresce à revelia de um mundo cada vez mais global e conectado (CONRAD, 2016: 179).

A todos esses ingredientes conceituais, ainda podemos acrescentar a emergência do pensamento tradicionalista que se faz bem a reboque do crescimento da direita populista em diferentes lugares do mundo, dentre estes, o Brasil, evidentemente.³ De acordo com Benjamin R. Teitelbaum, autor de *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista* (2020), em sua origem, o tradicionalismo é uma espécie de escola espiritual e filosófica que assumiu em anos recentes uma feição claramente política. Os adeptos de tal pensamento creem que a humanidade está no final de um longo ciclo de declínio e que este vai ser concluído com a destruição final e o posterior renascimento de uma nova era sob novas lideranças políticas, intelectuais e espirituais – neste caso, qualquer semelhança com a *alt history* citada parágrafos atrás não é uma mera coincidência. Voltar no tempo é o que os tradicionalistas mais desejam, por isso o forte apego ao medievo por eles manifesto, ou pelo menos a uma estética medieval que se faz com ares devocionais a algo que consideram ter sido outrora belo e harmonioso. Dos eventos individuais e coletivos, passando pelos conceitos, chegamos enfim aos objetos de nossa proposta dispostos ainda no título: o mestre Hugo de São Vítor e o seu *Didascalicon*. Personagem e obra cada vez mais presentes e ressignificados entre os círculos tradicionalistas há pouco descritos.

III. Um mestre que ressurge

Muitas das ideias dispostas ao longo das duas seções anteriores formaram o pilar de sustentação dos argumentos apresentados em nosso livro mais recente, o já mencionado *Cavaleiros de cola, papel e plástico: sobre os usos do passado medieval na contemporaneidade*. Nas páginas deste, embora a figura do mestre togado cercado por

jovens discípulos imberbes tenha aparecido em cada um dos três capítulos, o cavaleiro armado a galopar seu alazão acabou por prevalecer. Símbolo de força e de valores próprios de sociedades consideradas hierárquicas, harmônicas e ordenadas, ele costuma emergir das narrativas de cunho tradicionalista e nacionalista como aquele preparado para defender os seus contra a perdição, a degenerescência e as ameaças externas.⁴ Por sua vez, o mestre também combate a perdição, a degenerescência e o que vem de fora, mas ele o faz de outra maneira: com as armas das palavras, as suas e as presentes nos livros que porta, lê e escreve.

Como já exposto no final da seção precedente, um desses mestres que ora ressurge sob a pena da retórica tradicionalista contemporânea é Hugo de São Vítor. Nascido na região da Saxônia (leste da Alemanha na atualidade), Hugo foi um dos grandes nomes ligados à escola da abadia de São Vítor, em Paris, lugar onde permaneceu de 1115 (ou um pouco depois) até a sua morte, ocorrida em 1141 (POIREL, 2020: 114-115). Sem dúvida, dentro e fora das universidades brasileiras, a obra mais conhecida, lida, citada e pesquisada de Hugo de São Vítor é o *Didascalicon*. Dividido em seis livros cuja temática central é a elevação do homem pela busca de uma vida virtuosa e disciplina nos estudos (do *Trivium* ao *Quadrivium* e destes às artes mecânicas), pela valorização da leitura e de uma existência pautada pela ética cristã, o *Didascalicon* data do ano de 1121, período no qual Hugo iniciava o seu momento mais produtivo em termos intelectuais, o que lhe permitiu também escrever *Modo discendi et meditandi* e *De institutione novitiorum*, entre diversos outros trabalhos de conteúdo pedagógico e admoestativo que o ajudaram a pavimentar a sua fama pessoal como um humanista e mestre bastante requisitado, assim como a de sua escola que assumiu a condição de um importante centro de ensino na primeira metade do século XII (JAEGER, 1994: 256-262).⁵

Durante muito tempo, à disposição do público brasileiro, havia uma única edição bilíngue (latim-português) do *Didascalicon* feita pelo filósofo Antonio Marchionni e publicada pela Editora Vozes, em 2001.⁶ Com algumas imprecisões e equívocos de tradução, o trabalho conduzido por Marchionni cumpriu um papel importante ao longo desses pouco mais de vinte anos de existência, sobretudo quando levamos em consideração a escassez desse tipo de edição no mercado nacional em um passado não muito distante. A partir da segunda metade da última década, este cenário mudou sensivelmente. Em um curto espaço de tempo, vimos o lançamento de novas traduções feitas por editoras igualmente novas, dentre elas, a *Vide Editorial* e a *Edições Kíron*, esta

com um extenso catálogo em boa parte tomado por obras com conteúdo educacional nitidamente voltado para uma audiência mormente católica e de viés conservador. Neste mesmo catálogo, podemos encontrar não apenas o *Didascalicon*, mas outras traduções de textos de Hugo de São Vitor, entre estas, *A instrução dos principiantes* e *Os mais belos sermões de Hugo de São Vitor*.⁷

Dos livros do catálogo das *Edições Kírión* voltados para temas ligados à educação, para dar mais elementos à nossa argumentação, gostaríamos de nos debruçar um pouco mais sobre *A boa e a má educação: exemplos internacionais*, livro escrito pela educadora sueca Inger Enkvist (2020). Crítica da educação que ela própria descreve como “progressista” e dos que apontam para a necessidade de mais investimentos públicos na área educacional, Enkvist defende sem concessões que a valorização do esforço de alunos e alunas deve ser incentivado no contexto de uma cultura escolar voltada para a leitura e aquisição das linguagens próprias de cada disciplina assim como para a busca por docentes mais qualificados e comprometidos com a sua profissão. Para tanto, ela apresenta práticas bem-sucedidas vindas sobretudo da Finlândia. Nesta mesma linha argumentativa, temos outro livro de Inger Enkvist publicado em português, mas dessa vez pela *Bunker Editorial*, é *Repensar a educação* (2017). Com teor semelhante à obra anteriormente mencionada, esta foi prefaciada pelo jornalista, comentarista político e escritor autointitulado liberal Rodrigo Constantino, detalhe que não pode ser desprezado para a compreensão adequada da inserção e direcionamento deste e de outros livros de Inger Enkvist em nossa realidade.

Essas duas obras possuem argumentos e críticas muito interessantes que podem nos ajudar a pensar um pouco mais a respeito de novas ações pedagógicas e políticas públicas voltadas para a Educação. Todavia, discordamos de ambas quando suas críticas são utilizadas para pôr à prova o sistema educacional brasileiro sem compreender seu histórico de exclusão e as pressões que as mazelas sociais do país exercem sobre ele. Muitas delas são provenientes da escravidão que um dia aqui existiu. Um dado de realidade que expõe a incompreensão implícita no mencionado prefácio de Rodrigo Constantino para *Repensar a educação*. Paralelo a tudo isso, há a importância de se destacar a realidade de que boa parte dos alunos e alunas das escolas públicas são filhos de pais e mães que precisam trabalhar em longas jornadas que costumam lhes vedar a possibilidade do acompanhamento escolar de seus filhos e filhas, isso sem contar o fato

de que os próprios discentes também costumam figurar entre os que compõem a grande massa trabalhadora.

Depois dessa breve, mas necessária digressão, voltemos a Hugo de São Vítor. A renovação desse interesse por este importante personagem do século XII também pode ser observada em diversos cursos de introdução à pedagogia vitorina oferecidos na *Internet* como consequência da criação do Instituto Hugo de São Vítor (<https://www.hugodesaovitor.org.br/>).⁸ No que se refere aos variados serviços que este oferece aos seus apoiadores, os próprios fundadores-administradores explicam as suas escolhas em vídeos que também podem ser facilmente encontrados e acessados no *YouTube*. Dentre estes, destacamos *Apresentação – Por que Hugo de São Vítor?* (<https://www.youtube.com/watch?v=u4ISSFmTQQQ>),⁹ conteúdo de acesso livre no qual um dos membros do instituto descreveu Hugo como um mestre precursor da escolástica e que soube no decorrer de sua trajetória “equilibrar-se entre os afetos e a razão”, “entre o coração e o cérebro”. Um teor muito semelhante pode ser verificado no vídeo *Vida e obra de Hugo de São Vítor* (<https://www.youtube.com/watch?v=E5L7sRD-lwQ>),¹⁰ este um pouco mais extenso que o anterior e também produzido pelo mesmo instituto que publicamente assume o personagem em questão como patrono, uma vez que este parece se encaixar em seus padrões “liberais” de ensino e formação humana propostos. Nos dois vídeos, contextualizações e referências bibliográficas não são mencionadas, o que dificulta a aferição da origem das informações e embasamento dos argumentos expostos nas falas de seus participantes.

Em termos gerais, o discurso enfático em prol de uma educação liberal sustentada por “valores formadores da cultura ocidental cristã” é exibido de forma muito explícita em todo o material até aqui por nós consultado e nas páginas oficiais da instituição que também oferece variados cursos de formação e atualização para docentes e *homeschoolers*. Não por acaso, o Instituto Hugo de São Vítor também trabalha com a publicação, divulgação e venda de obras consideradas clássicas da cultura ocidental, assim como a oferta de aulas e cursos de latim e grego e a realização de seminários em diferentes formatos e épocas do ano sobre as sete artes liberais (divididas entre os já mencionados *Trivium* e *Quadrivium*) e temas correlatos, quase todos pagos. Recentemente, também por obra deste mesmo instituto, foi lançada a proposta de criação do Colégio São José (<https://colegiosaojose.org.br/>), um empreendimento com o objetivo de se oferecer um ensino para até quatrocentos e cinquenta alunos e alunas a partir de

referenciais clássicos das culturas grega, romana e cristã somados às necessidades de “formar homens enquanto homens” e tornar-se em um futuro próximo “uma escola de escolas”.¹¹

Não somos contra que as pessoas busquem referências e inspiração na educação antiga e medieval e nas palavras deixadas por seus principais protagonistas. Na verdade, há tempos defendemos um estudo mais detido acerca dessa educação e de suas práticas e questionamos o seu quase que total silenciamento nos manuais de Pedagogia e de História da Educação (cf. LANZIERI JÚNIOR, 2017). Somos contra as questões que estão postas por trás desses discursos pedagógicos, dentre estas, como indicado anteriormente, as críticas não raras vezes infundadas proferidas contra o sistema educacional brasileiro. Estas costumam não levar em conta as suas instâncias políticas, econômicas e sociais assim como a intenção velada de se valorizar o *homeschooling*, uma forma igualmente questionável de educar supostamente capaz de proteger as crianças e os jovens da exposição a temas políticos considerados perigosos ou mesmo perniciosos.¹² Não por mera coincidência, a *Edições Kíron* possui em seu catálogo obras voltadas exclusivamente para essa modalidade de ensino cuja eficácia é objeto de debates entre pedagogos e psicólogos que apontam para os perigos relacionados às perdas sociais e intelectuais que as crianças e os adolescentes a ela submetidos podem ter ao longo de seus primeiros anos de formação e a incapacidade de muitas famílias de oferecer por conta própria tais recursos aos seus filhos e filhas.

Assim, esse apego de viés ideológico ao medievo e à educação que nele existiu parece negligenciar o cosmopolitismo do próprio Hugo de São Vítor manifesto nas páginas do *Didascalicon* que também contradiz a verticalização cultural proposta por essas pessoas que desejam resgatar a sua pedagogia e aplicá-la hoje de uma maneira que atenda primordialmente as suas subjetividades enquanto sujeitos de orientação tradicionalista, como descrito na seção II deste artigo. Neste caso, nada melhor do que dar espaço às afirmações deixadas pelo próprio Hugo. Vamos a elas:

O princípio da disciplina é a humildade, da qual existem muitos ensinamentos, dos quais especialmente três ao leitor são pertinentes: primeiro, nenhuma ciência e nenhum escrito tome como vil, segundo, não se erubescer de aprender de qualquer um, terceiro, e quando da ciência adepto for, os outros não despreze (HUGO DE SÃO VÍTOR, *Didascalicon*, Livro III, cap. 13).

Portanto, o leitor prudente ouve todos com prazer, tudo lê, nenhum escrito, nenhuma pessoa, nenhuma doutrina rejeita. Indiferentemente, pede de todos aquilo que lhe falta, não considera quanto sabe, mas quanto ignora (HUGO DE SÃO VÍTOR, *Didascalicon*, Livro III, cap. 13).

Certo sábio sobre o modo e a forma de aprender foi interrogado: "*Mente humilde – respondeu – buscar o estudo, vida quieta, escrutínio tácito, pobreza, terra estrangeira, isto costuma descortinar a muitos as obscuridades das leituras*" (HUGO DE SÃO VÍTOR, *Didascalicon*, Livro III, cap. 12).¹³

A valorização dos diferentes saberes e de todos aqueles que os portavam é sem dúvida a marca presente nos três extratos do *Didascalicon* ora selecionados. Mas é sobre a busca pela “terra estrangeira” (*terra aliena*) manifesta nas palavras de Hugo de São Vítor que pretendemos nos deter um pouco mais, uma vez que esta foi uma das características do renascimento do século XII e que está imiscuída nos ensinamentos de diversos outros mestres de então. Essa busca indica a existência de um mundo em transformação, um mundo no qual as iniciativas dos jovens estudantes em busca de conhecimento estavam a ganhar sempre mais força, diferente do que havia na educação monástica dos séculos anteriores, uma educação que por séculos se mostrou eficaz, mas que era mais ancorada e menos afeita à mobilidade (GIRAUD & MEWS, 2015: 34; STECKEL, 2020: 77). E a busca pela terra estrangeira mencionada por Hugo também indica o surgimento de uma “consciência (ou percepção) de globalidade” e de uma “condição global” (ROBERTSON, 2000: 184-185; SILVEIRA, 2022: 3) construída por esses mesmos mestres e estudantes que passaram até mesmo a ultrapassar os limites da cristandade para alcançar seus objetivos de formação pessoal a conectar saberes vindos de regiões e culturas distantes, o que pode ser constatado, entre outros, pelos exemplos de Gerberto d’Aurillac (c.950-1003) (o futuro Papa Silvestre II) e dos ingleses Adelardo de Bath (1080-1152), Daniel de Morley (1140-1210) e Roberto de Keton (1110-1160), responsáveis diretos pela tradução e introdução de autores e saberes de origem árabe-islâmica nos debates intelectuais de então (BURNETT, 2009; LANZIERI JÚNIOR, 2023, especialmente o capítulo III).

Ao analisar os meandros da fonte em questão e as relações de forças presentes no contexto que a permitiu existir, é também possível afirmar que os atuais entusiastas dos escritos de Hugo de São Vítor como expressões da cultura ocidental parecem tomá-lo de uma maneira que não leva em conta, por exemplo, que a obediência irrestrita ao mestre

então defendida costumava esconder disputas, atos de insubordinação e questionamentos presentes nas fontes que chegaram até nós (STECKEL, 2020: 69-94). Não resta dúvida de que o mais conhecido destes e analisado pela historiografia é o de Pedro Abelardo (1079-1142), mas há outros como Anselmo de Bec (ou Canterbury) (1033-1109), cujo extenso epistolário traz estampada em suas páginas uma série de histórias de discípulos indolentes e incertos acerca das decisões um dia tomadas,¹⁴ ou mesmo João de Salisbury (c.1120-1180) que logo nos parágrafos de abertura do seu *Metalogicon* (1159) não poupou críticas a um certo estudante de nome Cornificius, um personagem indômito que desejava a todo custo simplificações nos estudos e que costumava pregar que o conhecimento poderia ser obtido com um menor esforço individual.

Mesmo as diversas e intrincadas relações entre os próprios mestres e destes com os seus alunos que também se tornaram mestres foram marcadas por conflitos e jogos de interesses que dizem muito sobre os complexos e instáveis contextos políticos e econômicos da época em questão (BOSCH, 2021), algo pouco surpreendente quando levamos em consideração que a segunda metade do século XI e a primeira do XII foram períodos de tensão e acomodação de novas ideias teológicas que ainda estavam longe de serem submetidas ao crivo institucional da Igreja e das primeiras universidades (GIROUD, 2020: 263; WEI, 2011). Por fim, em uma cultura eminentemente oral como por muito tempo foi a medieval, é igualmente difícil aferir se de fato o que estava nos textos era um reflexo da realidade e/ou se a realidade se consubstanciava nos textos (ANDRÉE, 2020: 275). Portanto, a busca por um meio termo analítico atento às instabilidades da vida cotidiana imiscuídas no conjunto da documentação primárias existente é fundamental.

De forma complementar, não podemos deixar de reafirmar a sensação de que os que possuem uma visão tão idealizada acerca da educação no medievo e do *Didascalicon* em específico não conseguem compreender com a devida profundidade os problemas estruturais de nosso sistema educacional. Isso sem esquecer o fato de que o Brasil é um país de dimensões continentais de tradição universitária recente, tradição esta pouco inclusiva e que está longe de se transformar em uma política permanente de Estado (SCHWARCZ, 2019: 133-151). Concomitantemente, também não enxergam (ou parecem não querer enxergar) que boa parte dos problemas de nossa educação está na sua constante simplificação para atender às “demandas do mercado” e vender uma perigosa educação liberal tecnicista aquecida sob o manto retórico do empreendedorismo e do

incentivo ao uso das novas tecnologias cujos danos podem ser observados no crescente déficit de atenção e letramento cada vez mais precário (cf. NUSSBAUM, 2015, especialmente os capítulos 1 e 2).

Ao defender a educação clássica e incentivar a prática do *homeschooling* e formas de ensino similares a tomar Hugo de São Vítor como fiador “histórico” e moral, esses críticos parecem mais desejar vender os próprios produtos e monetizar suas intervenções pelas redes sociais do que de fato ir ao cerne do problema e tratá-lo com a devida seriedade. Todas as contribuições advindas da abordagem global que ganha espaço entre os historiadores e as historiadoras que estão cada vez mais atentos às redes com suas simultaneidades e conexões do que raízes e genealogias fixas parecem ser completamente ignoradas nesse contexto que traz de volta um outrora superado “choque de civilizações” do qual o ocidente emerge como vencedor único. Com efeito, essa suposta revalorização da cultura ocidental judaico-cristã baseada no tripé filosofia grega, direito romano e cristianismo presente na retórica tradicionalista por nós mencionada tem em si um sentido difusionista do conhecimento como se nada de melhor existisse em outras culturas, inclusive na nossa. Semelhanças com o sentimento nacionalista que novamente cresce aqui, nos Estados Unidos e nos quatro cantos da Europa não são meras coincidências.

Por fim, é preciso trazer à tona uma evidência fulcral para a nossa argumentação, uma evidência que está encrustada no próprio contexto histórico no qual Hugo de São Vítor viveu: se o renascimento do século XII foi um palco de lutas, tensões e ansiedades que não raras vezes colocaram em lados opostos mestres renomados em disputas por poder e reconhecimento, ele igualmente foi o resultado do cosmopolitismo que também se fez presente no iluminismo, mas que infelizmente foi tragado pelos sentimentos nacionalistas e eurocêntricos que fincaram suas bandeiras no solo historiográfico no século XIX (COTTS, 2013: 03-04; SACHSENMAIER, 2011: 107). Diante da disseminação da retórica tradicionalista que volta a flertar com esses valores, resgatar essa percepção ampla de mundo é fundamental, melhor, urgente, a demonstrar que a abordagem tradicionalista toma o vitorino de maneira subjetiva, centrando-se em suas necessidades enquanto sujeitos tradicionalistas e não de maneira objetiva com um olhar criterioso que leva em consideração os diferentes fatores históricos presentes no contexto em que uma obra intelectual ganhou vida.

Considerações Finais

Se há o cavaleiro que luta e protege os seus contra todo tipo de ameaças externas, também há o mestre que surge com a palavra e os livros empunhados como armas a defender todos aqueles que o buscam. Essa foi a temática que orientou este texto. De maneira sutil, ambos se mostram como faces de uma mesma moeda manipulada por mãos que tomam o passado e o usam de maneira absolutamente prática e de acordo com orientações ideológicas de cunho tradicionalista que primam pela valorização do indivíduo junto com os seus iguais e contra as instituições seculares, dentre estas, as escolas e sobretudo as universidades. Não por acaso, a história da Idade Média a partir do século XIII, o século das referidas universidades, parece pouco ou nada lhes interessar, pelo menos não encontramos referências a estas nos *sites* citados ao longo deste artigo, muito menos nos catálogos das editoras igualmente mencionadas.

O giro ético-político na abordagem do passado proposto há alguns anos pelo humanista italiano Enzo Traverso (2011: 106) também se encontra hoje posto sobre a mesa de trabalho dos(as) historiadores(as) e dos(as) medievalistas em específico, dentro e fora do Brasil. Estes estão cada vez mais atentos aos usos do passado medieval na contemporaneidade e às suas diferentes razões de existir, com destaque para o tradicionalismo de verniz populista que atualmente detém grande força no meio digital. Sem dúvida, os acontecimentos em Charlottesville em 2017 foram o momento definidor dessa virada que nos fez enxergar que não mais estamos diante de lobos solitários até então identificados e qualificados como reles desajustados, mas de alcateias que seguem cada vez mais rápidas e numerosas a distribuir suas verdades convenientes a atuar na construção de fatos alternativos que dão sustentação à pós e à necropolítica que praticam.

Tudo isso indica o quão importante é estudar e ensinar a História e a Filosofia Medieval para jovens e adultos, em escolas públicas ou privadas, da Educação Básica ao Ensino Superior. Sem sombra de dúvida, um passado que também é parte do nosso patrimônio cultural e com o qual precisamos estabelecer uma relação madura, como recentemente apontou a professora Maria Leonor Lamas de Oliveira Xavier (2021) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Do contrário, outros o farão em nosso lugar, pois não estamos diante de novas fontes e/ou novas abordagens, mas diante de novas agendas políticas belicosas que querem tomar tudo para si, absolutamente tudo, inclusive as narrativas históricas. Desta forma, como alertou Eric Veiga Andriolo (2021)

em sua minuciosa análise a respeito da pandemia de palavras que se espalha amparada pelo termo “pós-verdade” e contamina a cada dia um número maior de pessoas, a liberdade de dizer que dois mais dois é igual a quatro almejada pelo personagem principal do romance *1984* de George Orwell (1903-1950) não mais nos surge como um simples comunicado do passado acerca de um livro ainda hoje tão impactante, mas como uma reflexão preocupante diante do presente de nosso panorama cultural e político.

Referências

- ANDRÉE, Alexander. *Sacra Pagina: theology and the Bible from the School of Laon to the School of Paris*. In: GIROUD, Cédric (ed.). **A Companion to twelfth-century schools**. Boston/ Leiden: Brill, 2020, p. 272-314.
- ANDRIOLO, Eric Veiga. **A estratégia da pós-verdade: táticas de deslegitimação**. Curitiba: Appris, 2021.
- ANSELME DE CANTORBÉRY. **Correspondance**: lettres 1 à 147. Paris: Du Cerf, 2004.
- BLANC, Willian & NAUDIN, Christophe. **Charles Martel et la Bataille de Poitiers: de l’histoire au mythe identitaire**. Paris: Libertalia, 2015.
- BONSANTO, André. Narrativas “historiográficas-midiáticas” na era da pós-verdade: *Brasil Paralelo* e o revisionismo histórico para além das *fake news*. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-18, mai. 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5631/5269>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- BOSCH, Rafael. **Hereges dialéticos: um estudo sobre a escolástica nos séculos XI e XII**. 2021. Tese de Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Filosofia), Campinas, 2021.
- BUCCI, Eugênio. **O estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- BURNETT, Charles. **Arabic into Latin in the Middle Ages: the translators and their intellectual and social contexts**. Burlington: Ashgate, 2009.
- CALDEIRA NETO, Odilon & GONÇALVES, Leandro Pereira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise na democracia liberal*. Tradução: Joana Angélica d’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

- CONRAD, Sebastian. **What is global history?** Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2016.
- COTTS, John D. **Europe's long twelfth century: order, anxiety and adaptation, 1095-1229.** New York: Palgrave MacMillan, 2013.
- D'ALLONNES, Myriam Revault. **A verdade frágil:** o que a pós-verdade faz ao nosso mundo comum. Tradução: Hugo Barros. Lisboa: Almedina, 2020.
- D'ARCENS, Louise. Introduction – Medievalism: scope and complexity. *In:* D'ARCENS, Louise (ed.). **The Cambridge companion to medievalism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 1-13.
- ELLIOTT, Andrew B. R. **Medievalism, politics and mass media:** appropriating the Middle Ages in the twenty-first century. Cambridge: D. S. Brewer, 2017.
- EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos.** Tradução: Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.
- ENKVIST, Inger. **A boa e a má educação:** exemplos internacionais. Tradução: Felipe Denardi. Campinas: Kíron, 2020.
- ENKVIST, Inger. **Repensar a educação.** Tradução: Daniela Trindade. São Paulo: Bunker, 2014.
- EVANS, Robert. J. W. & MARCHAL, Guy P. (eds.). **The uses of the Middle Ages in modern european states:** history, nationhood and the search for origins. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem.** Tradução: Maria Goes. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIRAUD, Cédric & MEWS, Constant. John of Salisbury and the schools of the 12th century. *In:* GRELLARD, Christophe & LACHAUD, Frédérique (eds.). **A companion to John of Salisbury.** Leiden/Boston: Brill, 2015, p. 31-62.
- GUERRA, Luiz Felipe de Anchieta. (Neo)medievalismo e política no Brasil. *Live* realizada no dia 7 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qsFUVr2-sL4>. Acesso em: 08 set 2021.
- GUERRA, Luiz Felipe de Anchieta. The internet crusade against communism: political neomedievalism in 21st century Brazil. *In:* MACLELLAN, Rory (ed.). **The modern memory of the military-religious orders.** Londres/Nova York: Routledge, 2022, p. 91-110.

- FALCONIERI, Tommaso di Carpegna. **The militant Middle Ages**: contemporary politics between new barbarians and new crusaders. Tradução: Andrew M. Hiltzik. Leiden/Boston: Brill, 2019.
- HUGO DE SÃO VÍTOR. **Didascálicon**: da arte de ler. Tradução: Antonio Marchionni. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JAEGGER, C. Stephen. **The envy of the angels**: cathedral schools and social ideals in medieval Europe – 950-1220. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1994.
- KAUFMAN, Amy S. & STURTEVANT, Paul B. **The devil's historians**: how modern extremists abuse the medieval pasts. Buffalo/Londres/Toronto: University of Toronto Press, 2020.
- KEEN, Andrew. **O culto do amador**: como blogs, *MySpace*, *YouTube* e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- KEYES, Ralph. **A era da pós-verdade**: desonestidade e enganação na vida contemporânea. Tradução: Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018.
- LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **Cavaleiros de cola, papel e plástico**: sobre os usos do passado medieval na contemporaneidade. Campinas: D7 Livros, 2021.
- LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **Homens de pedra**: tradição, memória e harmonia na pedagogia de João de Salisbury e outros mestres medievais. Cuiabá: Serata, 2017.
- LANZIERI JÚNIOR, Carlile & LIMA, Douglas Mota Xavier de. A Idade Média imaginada pelos adeptos da retórica do choque de civilizações em diferentes momentos dos séculos XX e XXI. **Notandum**, Maringá, n. 55, ano 24, p. 53-75, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/view/51856/751375151395>. Acesso em: 26 jun 2021
- LANZIERI JÚNIOR, Carlile. **O renascimento do século XII**: a longa e sinuosa trajetória de um conceito e suas novas possibilidades de abordagem. Serra: Milfontes, 2023.
- LA TAILLE, Yves de. **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LEWIS, David Levering. **O islã e a formação da Europa**: de 570 a 1215. Tradução: Ana Ban. Barueri: Amarilys, 2010.
- MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

- NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- PACHÁ, Paulo Henrique de Carvalho. *Diálogos Lappa – Usos nostálgicos do passado*. Live realizada no dia 03 de agosto de 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F9Q0BqlnJgg>>. Acesso: 22 out 2020.
- PACHÁ, Paulo Henrique de Carvalho. Onde vivem os monstros: os usos do passado e ensino de História Medieval na era Bolsonaro. Live realizada no dia 28 de agosto de 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GES8zqYHRPw>. Acesso em: 26 nov 2020.
- PANAYOTA, Gounari. **From twitter to Capitol hill**: far-right authoritarian discourses, social media and critical pedagogy. Boston: Brill, 2021.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Lembrança do presente**: ensaios sobre a condição histórica na era da *internet*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- POIREL, Dominique. Reading and educating oneself in the 12th: Hugh of Saint-Victor's *Didascalicon*. In: GIROUD, Cédric (ed.). **A Companion to twelfth-century schools**. Boston/ Leiden: Brill, 2020, p. 113-140.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ROBERTSON, Roland. **Globalização**: teoria social e cultura global. Tradução: João R. Barroso. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RÜSEN, Jörn. **História viva – teoria da História III**: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2010.
- RUST, Leandro Duarte. **Colunas de São Pedro**: a política papal na Idade Média central. São Paulo: Annablume, 2011.
- SACHSENMEIER, Dominic. **Global perspectives on global history**: theories and approaches in a connected world. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- SEIERSTAD, Asne. **Um de nós**: a história de Anders Breivik e do mais chocante atentado terrorista da Noruega. Tradução: Kristin Lie Garrubo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2016.

SILVA, Renato. Uma invasão dos bárbaros? Invasão do Capitólio e Idade Média. *Live* realizada no dia 21 de janeiro de 2021 no canal do LEOM – Laboratório de Estudos de Outros Medievos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PrdQp0ipof4>. Acesso em: 30 out 2021.

SILVA, Renato & ALBUQUERQUE, Isabela. *O retorno do nacionalismo no século XXI sob o olhar dos medievalistas*. *Live* realizada no dia 15 de abril de 2021 na Vivarium TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mOsomFZ1vJg>. Acesso em: 30 dez 2021.

SILVEIRA, Aline Dias da. *Imago mundi*: consciência de globalidade e cosmografia medieval. *Anos* 90, Porto Alegre, v. 29, p. 1-22. 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/110355/86692>. Acesso em: 30 nov 2022.

STECKEL, Sita. Submission to the authority of the masters: transformations of a symbolic practice during the long twelfth century. In: GIRAUD, Cédric (ed.). **A companion to twelfth-century schools**. Boston/Leiden: Brill, 2020, p. 69-94.

SUNSTEIN, Cass R. **A era do radicalismo**: entenda por que as pessoas se tornaram extremistas. Tradução: Luciene Scalzo. São Paulo: Campus/Elsevier, 2010.

SWARBRICK, Lizzie. Rosslyn Chapel: templar pseudo-history, 'symbology', and the far-right. In: MACLELLAN, Rory (ed.). **The modern memory of the military-religious orders**. Londres/Nova York: Routledge, 2022, p. 21-42.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Tradução: Cynthia Costa. Campinas: Unicamp, 2020.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso**. Tradução: Almudena Gonzáles de Cuenca. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

TUCKER, Aviezer. Revisión historiográfica y revisionismo: divergencias en la consideración de la evidencia. In: FORCADELL, Carlos, PEIRÓ, Ignacio & YUSTA, Mercedes (eds.). **El pasado en construcción**: revisionismos históricos en la historiografía contemporânea. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2015, p. 29-46.

XAVIER, Maria Leonor Lamas de Oliveira. Conferência de abertura do **Evento Internacional Antiguidade e Medievalo**: formas de pesquisa e ensino para o século XXI. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=0Jwk75A_nBs. Acesso em: 20 dez 2021.

WEI, Ian. From twelfth-century schools to thirteenth-century universities: the disappearance of biographical and autobiographical representations of scholars. *Speculum*, Chicago, v. 86, p. 42-78. 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41105500>. Acesso em: 20 nov 2020.

¹ De acordo os relatos policiais dispostos nas reportagens da *Folha de São Paulo* de 13 de março de 2019 e disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/besta-e-machado-encontrados-com-autores-de-massacre-em-escola-ocupam-vacuio-legal.shtml> e do *Correio do Povo* também de 13 de março de 2019 e disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/armas-usadas-em-tiroteio-em-escola-de-suzano-surpreendem-comandante-geral-da-pm-de-s%C3%A3o-paulo-1.326267>.

² Trata-se de uma interpretação equivocada do Artigo 142 da *Constituição Federal* de 1988. Este assegura que as Forças Armadas estão sob a autoridade suprema do Presidente da República, porém, estas não podem ser usadas com intenções meramente políticas para atender demandas de momento.

³ No momento em que dava os retoques finais nesta seção deste artigo, chegou até a mim a notícia de que uma coalisão de extrema direita havia vencido as eleições parlamentares na Itália com quase um terço dos votos em pleito realizado no final de setembro de 2022, algo que não acontecia desde o fim da II Guerra Mundial (1939-1945). Em novembro de 2023, vimos a chegada de Javier Milei à presidência na Argentina e a possibilidade de um retorno de Donald Trump à Casa Branca em eleições marcadas para novembro deste ano.

⁴ Em épocas de nacionalismo exacerbado e belicosidade latente, como foi o século XIX e as primeiras décadas do XX, o cavaleiro era tema recorrente em mensagens governamentais, no cinema e na literatura (cf. LANZIERI JÚNIOR & LIMA, 2021).

⁵ O livro de C. Stephen Jaeger que aparece no fim deste parágrafo foi publicado no Brasil também pela *Kirion* e com apoio e distribuição por parte de uma editora conservadora/católica, a *Katechesis*. Não por caso, essa editora é ligada ao Instituto Sophia Perennis, que é “constituído por pais e professores católicos que buscam, através do estudo e da divulgação de cursos de formação, resgatar e atualizar os princípios fundamentais da Educação Patrística, baseada principalmente na Pedagogia Vitorina”, informação esta encontrada no site <<https://sophiaperennis.com.br/sobre-o-sophia-perennis/>>.

⁶ De acordo com o próprio Antonio Marchionni, na apresentação feita para a mencionada edição, a tradução do *Didascalicon* por ele feita teve como base a edição crítica feita por Ch. H. Buttmer em 1939, que, por sua vez, teve como referência o texto encontrado na *Patrologia Latina* de Jacques-Paul Migne (1879).

⁷ A edição do *Didascalicon* publicada pela Vide Editorial traz um prefácio escrito por Tiago Tondinelli, advogado que esteve na equipe do ex-ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

⁸ Em seu perfil no *Instagram*, o Instituto Hugo de São Vítor possui até o momento (fevereiro de 2024) mais de cinquenta e três mil seguidores e um conteúdo com 2185 publicações, algumas delas com centenas de curtidas, o que diz muito sobre a capilaridade das mesmas.

⁹ No momento em que finalizamos este artigo, o referido vídeo já ultrapassou a barreira das treze mil visualizações e o canal do Instituto Hugo de São Vítor no *YouTube* possui mais de quarenta e três mil inscritos e oitocentos vídeos publicados, o que nos permite vislumbrar a o alcance de tais informações.

¹⁰ Também encontrado no canal do Instituto Hugo de São Vítor no *YouTube*, o vídeo mencionado possui mais de oito mil visualizações.

¹¹ Todas as informações e citações foram extraídas do vídeo de apresentação do site do colégio.

¹² Trata-se do Projeto de Lei número 1338 de 2022 que altera a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 [Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)] e a Lei 8069 de 13 de julho de 1990 [Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)].

¹³ Os extratos foram retirados da citada tradução do *Didascalicon* feita por Antonio Marchionni com algumas correções feitas por nós a partir do texto em latim.

¹⁴ Exemplos das epístolas 8, 65 e 81 encontradas em ANSELME DE CANTORBÉRY. *Correspondance: lettres 1 à 147*. Paris: Du Cerf, 2004.